

Pierre Bourdieu

**QUESTÕES
DE SOCIOLOGIA**

 EDITORA
VOZES

SOCIOLOGIA

A opinião pública não existe²⁹

Gostaria de precisar inicialmente que o meu propósito não é denunciar de forma mecânica e fácil as pesquisas de opinião, mas proceder a uma análise rigorosa de seu funcionamento e de suas funções. O que implica questionarmos os três postulados com os quais se comprometem implicitamente. Toda pesquisa de opinião pressupõe que todos possam ter uma opinião; ou, em outras palavras, que a produção de uma opinião esteja ao alcance de todos. Mesmo que isso fira um sentimento ingenuamente democrático, contestarei esse primeiro postulado. Segundo postulado: presume-se que todas as opiniões se equivalham. Penso que possamos demonstrar que não seja esse o caso, e que o fato de acumular opiniões que não têm de maneira alguma a mesma força real leva a produzir artefatos desprovidos de sentido. Terceiro postulado implícito: no simples fato de se fazer a mesma pergunta para todos se encontra implicada a hipótese de que há um consenso acerca dos problemas, ou, em outras palavras, que há um acordo acerca das perguntas que merecem ser perguntadas. Parece-me que estes três postulados implicam toda uma série de distorções observadas mesmo quando todas as condições do rigor metodológico são satisfeitas na coleta e análise dos dados.

Faz-se muito frequentemente críticas técnicas a pesquisas de opinião. Por exemplo, questiona-se a representatividade das amostras. Acho que no estado atual dos meios utilizados pelos escritórios de produção de pesquisas, a objeção dificilmente tem fundamento. Também se as critica por fazerem perguntas tendenciosas, ou antes por enviesarem as perguntas ao formulá-las: isso já é mais verdadeiro, e acontece frequentemente de indu-

29. Apresentação feita no *Norvit* (Airas, jan./1972) e publicada no *Les Temps Modernes*, 318, jan./1973, p. 1.292-1.309.

zir-se a resposta através da forma de fazer a pergunta. Assim, por exemplo, transgredindo o preceito elementar da construção de um questionário que exige que se “dê uma oportunidade” a todas as respostas possíveis, omite-se frequentemente nas questões ou nas respostas propostas uma das opções possíveis, ou ainda se propõe várias vezes a mesma opção sob formulações diferentes. Existe toda sorte de vieses desse tipo e seria interessante interrogar-se acerca das condições sociais de aparecimento desses vieses. Na maioria das vezes eles se devem às condições nas quais as pessoas que produzem os questionários trabalham. Mas se devem sobretudo ao fato de que as problemáticas fabricadas pelos institutos de pesquisas de opinião estão subordinadas a uma demanda de um tipo particular. Assim, tendo empreendido a análise de uma grande pesquisa nacional sobre a opinião dos franceses concernente ao sistema educacional, pudemos averiguar, nos arquivos de um certo número de gabinetes de estudos, todas as perguntas concernentes ao ensino. Isso nos permitiu constatar que mais de duas centenas de perguntas sobre o sistema educacional foram feitas desde Maio de 1968, em comparação com menos de uma vintena entre 1960 e 1968. Isso significa que as problemáticas que se impõem a esse tipo de organismo estão profundamente ligadas à conjuntura e dominadas por um certo tipo de demanda social. A questão do ensino, por exemplo, só pode ser levantada por um instituto de opinião pública quando se torna um problema político. Vemos imediatamente a diferença que separa essas instituições dos centros de pesquisa que engendram suas problemáticas, senão em um céu puro, em todo caso com uma distância muito maior em relação à demanda social em sua forma direta e imediata.

Uma análise estatística sumária das perguntas feitas nos mostrou que a grande maioria delas estava diretamente ligada às preocupações políticas do “pessoal político”. Se nos divertirmos hoje à noite jogando com papezinhos e se eu lhe dissesse para escrever as cinco perguntas que lhe parecem as mais importantes em matéria de ensino, obteríamos seguramente uma lista muito diferente daquela que obtemos ao observarmos as perguntas que foram efetivamente feitas pelas pesquisas de opinião. A pergunta: “Deve-se introduzir a política nas escolas

secundárias?” (ou variantes) foi feita muito frequentemente, enquanto a pergunta: “Deve-se modificar os programas?”, ou “Deve-se modificar o modo de transmissão dos conteúdos?”, muito raramente foi feita. Da mesma forma: “Deve-se recitlar os professores?” Tantas perguntas que são muito importantes, pelo menos de uma outra perspectiva.

As problemáticas propostas pelas pesquisas de opinião estão subordinadas a interesses políticos, e isso comanda muito fortemente tanto o significado das respostas quanto o significado que é dado à publicação dos resultados. A pesquisa de opinião, como se encontra atualmente, é um instrumento de ação política; sua função mais importante talvez consista em impor a ilusão de que existe uma opinião pública como um somatório puramente aditivo de opiniões individuais; em impor a ideia de que existe algo que seria como a média das opiniões ou a opinião média. A “opinião pública” que é manifestada nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de porcentagens (60% dos franceses são favoráveis a...), essa opinião pública é um *artefato* puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um momento dado é um sistema de forças, de tensões e que não há nada de mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma porcentagem.

Sabemos que todo exercício de poder é acompanhado por um discurso que visa a legitimar o poder daquele que o exerce; pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de poder não ter todo o seu poder senão na medida em que se dissimula como tal. Em suma, para falar de um modo simples, o político é aquele que diz: “Deus está conosco”. O equivalente de “Deus está conosco” é hoje “a opinião pública está conosco”. Esse é o efeito fundamental da pesquisa de opinião: constituir a ideia de que existe uma opinião pública unânime, e, portanto, legitimar uma política e fortalecer as relações de poder que a fundam ou a tornam possível.

Tendo dito no começo o que eu queria dizer no final, vou tentar indicar muito rapidamente quais são as operações pelas quais esse *efeito de consenso* é produzido. A primeira operação, que tem por ponto de partida o postulado segundo o qual todo

mundo deve ter uma opinião, consiste em ignorar as não respostas. Por exemplo, vocês perguntam às pessoas: “Você é favorável ao governo Pompidou?” Vocês registram 30% de não respostas, 20% de sim, 50% de não. Vocês podem dizer: a parcela das pessoas que não são favoráveis é maior do que a parcela das pessoas favoráveis, e então há esse resíduo de 30%. Vocês também podem recalcular as porcentagens favoráveis e não favoráveis excluindo as não respostas. Essa simples escolha é uma operação teórica de uma importância fantástica sobre a qual eu gostaria de refletir com vocês.

Eliminar as não respostas significa fazer o que é feito em uma consulta eleitoral onde há votos em branco ou nulos; é impor à pesquisa de opinião a filosofia implícita da pesquisa eleitoral. Se olharmos de mais de perto, observamos que a taxa de não respostas é mais elevada de uma forma geral entre as mulheres do que entre os homens, que a diferença entre as mulheres e os homens é tanto mais elevada quanto os problemas colocados sejam de ordem mais propriamente política. Outra observação: quanto mais uma questão versa sobre problemas de saber, de conhecimento, maior é a diferença entre as taxas de não resposta dos mais instruídos e dos menos instruídos. Ao contrário, quando as questões versam sobre os problemas éticos, as variações de não respostas segundo o nível de instrução são pequenas. (Ex.: “Devemos ser severos com as crianças?”) Outra observação: quanto mais uma pergunta suscita problemas conflituais, versa sobre um nó de contradições (seja uma pergunta sobre a situação na Checoslováquia para as pessoas que votam comunista), mais uma questão é geradora de tensões para uma determinada categoria, mais as não respostas são frequentes nessa categoria. Por conseguinte, a simples análise estatística das não respostas fornece uma informação sobre o que significa a questão e também sobre a categoria considerada, esta estando definida tanto pela *probabilidade* que lhe é atribuída de ter uma opinião quanto pela *probabilidade* condicional de ter uma opinião favorável ou desfavorável.

A análise científica das pesquisas de opinião mostra que praticamente não existem problemas *omnibus*; nenhuma pergunta que não seja reinterpretada em função dos interesses das pessoas

às quais é feita, o primeiro imperativo sendo perguntar-se a qual pergunta as diferentes categorias de respondentes acreditaram responder. Um dos efeitos mais perniciosos da pesquisa de opinião consiste precisamente em intimidar as pessoas a responder a perguntas que elas não se fizeram. Seja, por exemplo, as perguntas que giram em torno de problemas morais, seja perguntas sobre a severidade dos pais, as relações entre professores e alunos, a pedagogia diretiva ou não diretiva etc., problemas que são tanto mais percebidos como problemas éticos quanto mais se desce na hierarquia social, mas que podem ser problemas políticos para as classes superiores: um dos efeitos da pesquisa consiste em transformar respostas éticas em respostas políticas pelo simples efeito de imposição de problemática.

De fato, existem vários princípios a partir dos quais pode-se engendrar uma resposta. Há primeiro o que se pode chamar de *competência política* por referência a uma definição ao mesmo tempo arbitrária e legítima, isto é, dominante e dissimulada como tal, da política. Esta competência política não é universalmente difundida. Ela varia grosso modo como o nível de instrução. Em outras palavras, a probabilidade de ter uma opinião sobre todas as questões que envolvam um saber político é bastante comparável à probabilidade de ir ao museu. Observa-se diferenças fantásticas: onde um estudante envolvido em um movimento esquerdista percebe quinze divisões à esquerda do PSU, para um quadro médio não há nenhuma. Na escala política (extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita, extrema-direita etc.) que as pesquisas de "ciência-política" empregam como evidentes, certas categorias sociais utilizam intensamente um cantinho da extrema-esquerda; outras utilizam unicamente o centro, outras utilizam toda a escala. Finalmente, uma eleição é a agregação de espaços totalmente diferentes; adiciona-se pessoas que medem em centímetros com pessoas que medem em quilômetros, ou melhor, pessoas que classificam de 0 a 20 e pessoas que classificam entre 9 e 11. A competência é medida, entre outras coisas, pelo grau de sutileza de percepção (é a mesma coisa em estética, podendo alguns distinguir os cinco ou seis estilos sucessivos de um único pintor).

Essa comparação pode ser levada mais longe. Em matéria de percepção estética, há primeiro uma condição permissiva: é preciso que as pessoas pensem a obra de arte como uma obra de arte; em seguida, a tendo percebido como obra de arte, é preciso que tenham categorias de percepção para construí-la, estruturá-la etc. Suponhamos uma pergunta formulada assim: "Você é a favor de uma educação diretiva ou de uma educação não diretiva?" Para alguns, ela pode ser constituída como política, a representação das relações pais-filhos integrando-se em uma visão sistemática da sociedade; para outros, é uma pura questão de moral. Assim, o questionário que elaboramos e no qual perguntamos às pessoas se, para elas, é da política ou não fazer greve, ter cabelos longos, participar de um festival pop etc., faz aparecerem variações muito grandes segundo as classes sociais. A primeira condição para se responder adequadamente a uma questão política é, portanto, ser capaz de constituí-la como política; a segunda, tendo-a constituído como política, é ser capaz de aplicar-lhe categorias propriamente políticas que podem ser mais ou menos adequadas, mais ou menos refinadas etc. Estas são as condições específicas de produção de opiniões, aquelas que a pesquisa de opinião presume universalmente e uniformemente satisfeitas com o primeiro postulado segundo o qual todos podem produzir uma opinião.

O segundo princípio a partir do qual as pessoas podem produzir uma opinião, o que eu chamo de o "*ethos de classe*" (para não dizer "ética de classe"), isto é, um sistema de valores implícitos que as pessoas internalizaram desde a infância e a partir do qual engendram respostas para problemas extremamente diferentes. As opiniões que as pessoas podem trocar na saída de uma partida de futebol entre Roubaix e Valenciennes devem muito de sua coerência, de sua lógica, ao *ethos* de classe. Uma série de respostas, que são consideradas como respostas políticas, são na verdade produzidas a partir do *ethos* de classe e, ao mesmo tempo, pode ter um significado completamente diferente quando são interpretadas no terreno político. Devo aí fazer referência a uma tradição sociológica, difundida sobretudo entre certos sociólogos da política nos Estados Unidos, que falam muito comumente de um conservadorismo e de um autoritarismo das classes

populares. Essas teses baseiam-se na comparação internacional de pesquisas ou de eleições que tendem a mostrar que cada vez que se interroga as classes populares, em qualquer país que seja, sobre problemas concernentes às relações de autoridade, a liberdade individual, a liberdade de imprensa etc., elas dão respostas mais "autoritárias" do que as outras classes; e geralmente conclui-se que haja um conflito entre os valores democráticos (no autor no qual estou pensando, Lipset, trata-se dos valores democráticos americanos) e os valores que as classes populares internalizaram, valores de tipo autoritário e repressivo. A partir daí, tiramos uma espécie de visão escatológica: elevamos o padrão de vida, elevamos o nível de instrução e, porquanto a propensão à repressão, ao autoritarismo etc., está ligada à baixa renda, aos baixos níveis de instrução etc., nós produziremos assim bons cidadãos da democracia americana. Na minha opinião, o que está em questão é o significado das respostas a certas perguntas. Suponhamos um conjunto de perguntas do seguinte tipo: Você é a favor da igualdade de gênero? Você é a favor da liberdade sexual dos cônjuges? Você é a favor de uma educação não repressiva? Você é a favor da nova sociedade? etc. Suponhamos um outro conjunto de perguntas do tipo: Será que os professores devem entrar em greve quando sua situação está ameaçada? Será que os professores devem ser solidários com outros funcionários nos períodos de conflito social? etc. Esses dois conjuntos de perguntas dão respostas de estrutura estritamente inversa em termos da classe social: o primeiro conjunto de questões, que concerne a um certo tipo de novação nas relações sociais, na forma simbólica das relações sociais, suscita respostas tão mais favoráveis quanto se ascenda na hierarquia social e na hierarquia segundo o nível de instrução; inversamente, as questões que versam sobre as transformações reais das relações de poder entre as classes suscitam respostas cada vez mais desfavoráveis à medida que se ascenda na hierarquia social.

Em suma, a proposição "As classes populares são repressivas" não é verdadeira nem falsa. É verdadeira na medida em que, diante de todo um conjunto de problemas, como os que tocam à moral doméstica e às relações entre as gerações ou entre os sexos, as classes populares tendem a se mostrar muito mais rigo-

ristas do que outras classes sociais. Ao contrário, em questões de estrutura política, que põem em jogo a conservação ou a transformação da ordem social, e não mais somente a conservação ou a transformação dos modos de relação entre os indivíduos, as classes populares são muito mais favoráveis à novação, isto é, a uma transformação das estruturas sociais. Vocês veem como alguns dos problemas colocados em Maio de 1968, e frequentemente malcolocados, no conflito entre o partido comunista e os esquerdistas, se vinculam muito diretamente ao problema central que tentei colocar esta noite, aquele da natureza das respostas, isto é, do princípio a partir do qual elas são produzidas. A oposição que fiz entre estes dois grupos de questões se resume, com efeito, à oposição entre dois princípios de produção de opiniões: um princípio propriamente político e um princípio ético, sendo o problema do conservadorismo das classes populares o produto da ignorância dessa distinção.

O efeito da imposição de problemática, efeito exercido por toda pesquisa de opinião e por toda consulta política (a começar pela eleitoral), resulta do fato de que as perguntas feitas em uma pesquisa de opinião não são perguntas que se façam realmente a todas as pessoas consultadas e de que as respostas não são interpretadas em função da problemática em relação à qual as diferentes categorias de respondentes efetivamente responderam. Assim, a *problemática dominante*, cuja lista de perguntas feitas há dois anos pelos institutos de pesquisa fornece uma imagem, ou seja, a problemática que interessa essencialmente às pessoas que detêm o poder e que pretendem ser informadas sobre os meios de organizar sua ação política, é muito desigualmente controlada pelas diferentes classes sociais. E, mais importante, estas estão mais ou menos aptas a produzir uma contraproblemática. A propósito do debate televisionado entre Servan-Schreiber e Giscard d'Estaing, um instituto de pesquisa de opinião fizera perguntas do tipo: "Será que o sucesso escolar depende de dons, inteligência, trabalho, mérito?" As respostas recolhidas fornecem de fato uma informação (ignorada por aqueles que as produziram) sobre até que ponto as diferentes classes sociais têm consciência das leis da transmissão hereditária do capital cultural: adesão ao mito do dom e da ascensão pela escola, da justiça escolar, da

equidade da distribuição de posições em função dos títulos etc., é muito forte nas classes populares. A contraproblemática pode existir para alguns intelectuais, mas não tem força social, embora tenha sido adotada por um certo número de partidos e de grupos. A verdade científica está sujeita às mesmas leis de difusão que a ideologia. Uma proposição científica é como uma bula papal sobre o controle de natalidade, só prega para convertidos.

Associa-se a ideia de objetividade em uma pesquisa de opinião ao fato de fazer a pergunta nos termos mais neutros a fim de dar todas as chances para todas as respostas. Na realidade, a pesquisa de opinião estaria, sem dúvida, mais próxima do que se passa na realidade se, transgredindo completamente as regras da "objetividade", se desse às pessoas os meios de se situarem como se situam realmente na prática real, isto é, em relação a opiniões já formuladas; se em vez de dizer, por exemplo, "Há pessoas favoráveis ao controle de natalidade e outras que são desfavoráveis; e você [...]", enuncia-se uma série de posicionamentos explícitos de grupos mandatados para constituir as opiniões e as divulgar, de forma que as pessoas possam se situar em relação a respostas já constituídas. Fala-se comumente de "tomada de posição"; há posições que já estão estabelecidas e se as toma. Mas não se as toma ao acaso. Toma-se as posições que se está predisposto a tomar em função da posição que se ocupa em um certo campo. Uma análise rigorosa visa a explicar as relações entre a estrutura das posições a tomar e a estrutura do campo das posições objetivamente ocupadas.

Se as pesquisas de opinião captam muito mal os estados virtuais da opinião e, mais exatamente, os movimentos de opinião, é, entre outras razões, porque a situação na qual apreendem as opiniões é completamente artificial. Nas situações nas quais se constitui a opinião, em particular nas situações de crise, as pessoas estão diante de opiniões constituídas, opiniões sustentadas por grupos, de modo que escolher entre opiniões é obviamente escolher entre grupos. Esse é o princípio do *efeito de politização* produzido pela crise: é preciso escolher entre grupos que se definem politicamente e definir posicionamentos cada vez mais em função de princípios explicitamente políticos. De fato, o que me

parece importante, é que a pesquisa de opinião trata a opinião pública como uma mera soma de opiniões individuais, recolhidas em uma situação que no fundo é aquela da cabine de votação, onde o indivíduo vai furtivamente exprimir no isolamento uma opinião isolada. Nas situações reais, as opiniões são poderes e os relatórios de opiniões são conflitos de poder entre grupos.

Outra lei emerge dessas análises: quanto mais estamos interessados em um problema, ou seja, quanto mais temos interesse nele, mais temos opiniões acerca desse problema. Por exemplo, sobre o sistema educacional, a taxa de resposta está intimamente ligada ao grau de proximidade em relação ao sistema educacional, e a probabilidade de ter uma opinião varia em função da probabilidade de se ter poder sobre aquilo sobre o que se opina. A opinião que se afirma como tal, espontaneamente, é a opinião das pessoas cuja opinião tem peso, como se diz. Se um ministro da educação nacional agisse em função de uma pesquisa de opinião (ou pelo menos a partir de uma leitura superficial da pesquisa), ele não faria o que ele faz quando age realmente como um homem político, isto é, a partir dos telefonemas que recebe, da visita de tal líder sindical, de tal reitor etc. De fato, ele age em função dessas forças de opinião realmente constituídas que só despontam para a sua percepção na medida em que têm força, e em que têm força porque estão mobilizadas.

Tratando-se de prever o que será da universidade nos próximos dez anos, acho que a opinião mobilizada constitui a melhor base. Todavia, o fato, atestado pelas não respostas, de que as posições de certas categorias não atingem o *status* de opinião, ou seja, de discurso constituído com pretensão à coerência, pretendendo ser ouvido, se impor etc., não deve levar à conclusão de que, em situações de crise, as pessoas que não tinham nenhuma opinião escolheriam ao acaso: se o problema for politicamente constituído por elas (problemas de salários, do ritmo de trabalho dos operários), elas escolherão em termos de competência política; trata-se de um problema que não é constituído politicamente por elas (repressão nas relações internas da empresa) ou se estiver em vias de ser constituído, elas serão guiadas pelo sistema de disposições profundamente inconsciente que orienta

suas escolhas nos mais diferentes domínios, desde a estética ou o esporte até as preferências econômicas. A pesquisa de opinião tradicional ignora tanto os grupos de pressão quanto as disposições virtuais que podem não se exprimir sob a forma de discurso explícito. É por isso que é incapaz de engendrar a menor previsão razoável do que aconteceria em uma situação de crise.

Suponhamos um problema como o do sistema educacional. Alguém pode perguntar: "O que você acha da política de Edgar Faure?" Esta é uma pergunta muito próxima de uma pesquisa eleitoral, no sentido de que é a noite na qual todas as vacas são pretas: todo o mundo está de acordo grosso modo sem saber sobre o quê; sabe-se o que significava o voto unânime da lei Faure na Assembleia Nacional. Pergunta-se então: "Você é a favor da introdução da política nas escolas secundárias?" Observa-se aí uma clivagem muito clara. O mesmo vale quando se pergunta: "Será que os professores podem fazer greve?" Nesse caso, os membros das classes populares, por uma transferência de sua competência política específica, sabem o que responder. Pode-se ainda perguntar: "Será que os programas devem ser transformados? Você é a favor da monitoração contínua? Você é a favor da introdução de pais de alunos nos conselhos de professores? Você é a favor da supressão do concurso público para professor? etc." Sob a pergunta "Você é a favor de Edgar Faure?" havia todas essas perguntas e as pessoas se posicionavam subitamente sobre um conjunto de problemas que um bom questionário só poderia fazer mediante, pelo menos, sessenta perguntas a propósito das quais se observaria variações em todos os sentidos. Em um caso as opiniões estariam positivamente ligadas à posição na hierarquia social, no outro, negativamente, em certos casos muito fortemente, em outros casos, fracamente, ou mesmo de forma alguma. Basta pensar que uma consulta eleitoral representa o limite de uma pergunta como "Você é a favor de Edgar Faure?" para compreender que os especialistas em sociologia política possam notar que a relação que se observa habitualmente em quase todos os domínios da prática social entre a classe social e as práticas ou as opiniões é muito fraca quando se trata de fenômenos eleitorais, a tal ponto que algumas pessoas não hesitam em concluir que não há nenhuma relação entre a classe

social e o fato de votar na direita ou na esquerda. Se você tiver em mente que uma consulta eleitoral faz em uma única pergunta sincrética o que só se poderia razoavelmente apreender em duzentas perguntas, que uns medem em centímetros, outros em quilômetros, que a estratégia dos candidatos consiste em perguntar mal e jogar ao máximo com a dissimulação das clivagens para ganhar as vozes que flutuam, e tantos outros efeitos, você concluirá que talvez seja necessário fazer ao contrário a pergunta tradicional da relação entre o voto e a classe social e se perguntar como pode ser que se constate, malgrado toda uma relação, mesmo fraca; e se interrogar acerca da função do sistema eleitoral, instrumento que, por sua própria lógica, tende a atenuar os conflitos e as clivagens. O que é certo é que, estudando o funcionamento da pesquisa de opinião, pode-se ter uma ideia da maneira como funciona esse tipo particular de pesquisa de opinião que é a consulta eleitoral e do efeito que ela produz.

Em suma, eu queria mesmo dizer que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe conferem aqueles que têm interesse em afirmar sua existência. Eu disse que havia, por um lado, opiniões constituídas, mobilizadas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses explicitamente formulados; e, por outro lado, disposições que, por definição, não são opinião se entendermos por isso, como o fiz ao longo desta análise, algo que pode ser formulado no discurso com uma certa pretensão à coerência. Esta definição de opinião não é a minha opinião sobre a opinião. É simplesmente uma explicitação da definição operada pelas pesquisas de opinião ao pedir às pessoas que se posicionem acerca das opiniões formuladas e ao produzirem, por uma simples agregação estatística de opiniões assim produzidas, esse artefato que é a opinião pública. Estou simplesmente dizendo que a opinião pública, na acepção implicitamente admitida por aqueles que fazem pesquisas de opinião ou utilizam seus resultados, essa opinião não existe.